CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 08/02

OSs da Saúde ainda têm R$ 224,5 mi a receber Estado

DÍVIDA SES diz que ainda não houve tempo para quitar as contas e que atendimentos estão normais. Instituto que assumiu o Hugo informa aumento em serviços em relação ao ápice da crise do ano passado

Cristiane Lima
cristiane.lima@opopular.com.br

Mais de um mês depois do novo governo assumir o Estado e suas dívidas, o portal da transparência de Goiás ainda mostra que existem mais de R$ 224,5 milhões em valores de 2018 para serem repassados para as Organizações Sociais (OSs) que fazem a gestão das unidades de saúde goianas. Não há, no entanto, as informações referentes ao ano de 2019. A Secretaria Estadual de Saúde (SES) informou que tem trabalhado, junto da Secretaria da Fazenda (Sefaz) para efetuar os pagamentos, mas ainda não teve tempo hábil para isso.

A antiga gestora do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo), o Instituto Gerir, por exemplo, fechou o ano com mais de R$ 16,5 milhões para receber. A nova OS que assumiu os trabalhos em novembro já acumula R$ 4,9 milhões de 2018, sendo que o valor de novembro foi pago integralmente no total de R$ 2.763.895,09 e o mês seguinte foi pago parcialmente o valor de R$ 10,3 milhões, restando para a OS receber R$ 5,9 milhões, conforme consta no portal da transparência.

A OS que assumiu os trabalhos em novembro, o Instituto Haver, foi chamado para atuação temporária de 180 dias. O contrato emergencial foi firmado depois que o antigo responsável (Gerir) pediu a rescisão do contrato por atrasos no pagamento. Até hoje o mês de novembro – que teve o trabalho prestado parcialmente – não foi pago. À época, a falta de medicamentos e insumos fizeram o Ministério Público do Trabalho (MPT) pedir a interdição da unidade.

Douglas Schivatto



Hospital de Urgências de Goiânia: OS anterior ainda teria R$ 16,5 milhões para receber; atual, R$ 4,9 milhões

Segundo o Instituto Haver, desde que assumiu a unidade, o Hospital de Urgências de Goiânia tem aumentado significativamente o número de atendimentos. De 27 de novembro de 2018 a 31 de janeiro de 2019 o Hugo realizou 2.158 internações, 4.983 atendimentos de emergência e 2.541 cirurgias. Se comparar com os números de outubro de novembro de 2018, a instituição aponta aumento de 27,7% no número de internações, mais 24,6% no número de atendimentos de emergência e ampliação de 42,5% no número de cirurgias.

> *"É totalmente impraticável arcar, em tão pouco tempo, com dívida de anos"*
>
> **Trecho de nota da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás**

Estas comparações, no entanto, se referem aos meses mais críticos de atendimento da unidade, quando, em 27 de setembro do ano passado, a unidade foi interditada. Depois disso os atendimentos ficaram prejudicados e algumas cirurgias e tratamentos foram suspensos. Um plano de emergência foi anunciado à época para que as atividades não fossem completamente suspensas e enquanto uma auditoria era realizada.

A gestora também informa que o Hugo está em pleno funcionamento com cirurgias realizadas, inclusive as eletivas; o estoque de medicamentos e insumos está abastecido; enxovais hospitalar e cirúrgico entregues a todos os setores de internação, procedimentos e repouso.

Antes do Instituto Gerir pedir a rescisão do contrato, ele também administrava o Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin). Mas neste caso, só consta o mês de novembro de 2018 em aberto, somando dívida de R$ 327 mil. O Instituto Cem assumiu a gestão da unidade em novembro do ano passado e, segundo o portal da transparência, o mês de novembro foi pago integralmente e o mês de dezembro, apenas parte foi repassado. A dívida do ano passado para a nova gestora é de R$ 659 mil.

OUTRAS

No portal da transparência consta que, em 2018, dos 12 meses do ano, o Hospital Geral de Goiânia Anis Rassi (HGG) recebeu quatro meses na integralidade. Outros sete meses constam apenas com pagamentos parciais e o mês de dezembro ainda consta em aberto, reunindo uma dívida de R$ 22,6 milhões. O Hospital Materno Infantil (HMI), que chegou a fechar as portas este ano, ainda tem R$ 29 milhões para receber. Só foram pagas as parcelas integrais em 2018 dos meses de janeiro, março, abril, maio e agosto. O restante houve apenas repasse parcial.

Já o Centro de Recuperação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer) tem a maior dívida do ano passado, com R$ 35,8 milhões em aberto. Neste caso, só foram pagos os valores integrais nos cinco primeiros meses no ano. As parcelas de junho, julho e setembro foram pagas parcialmente e agosto, outubro, novembro e dezembro seguem em aberto.

Apesar de ter apenas o mês de dezembro em aberto e duas parcelas pagas parcialmente (julho e novembro), O Hospital de Urgências Governador Otávio Lage (Hugol) possui a segunda maior dívida no acumulado de 2018 com soma de R$ 34 milhão ainda para receber do Estado.

Em nota, a Secretaria Estadual de Saúde informou que o atual governo tem buscado, junto com a Sefaz, empenho junto ao governo federal para angariar recursos e que ainda é "totalmente impraticável arcar, em tão pouco tempo, com dívida de anos".

Em entrevista ao Popular em 23 de janeiro, o secretário de Saúde, Ismael Alexandrino, informou que o pagamento dos valores atrasados seriam pagos de acordo com a disponibilidade de recursos, sendo que a prioridade seria as despesas correntes. "Certamente (as OSs) não serão pagas em um ano, mesmo porque não é uma dívida de um ano. Ela vem desde 2014. Então, ao longo de quatro anos, vamos trabalhar para equalizar essas dívidas, caber dentro do orçamento e abrir novas unidades."

DIÁRIO DA MANHÃ 08/02

Prefeito sugere solução para o Goiás na Frente

DA REDAÇÃO

Vários prefeitos mostram-se apreensivos e preocupados devido a não continuidade do programa Goiás na Frente. Ontem o secretário de Governo, Ernesto Roller, divulgou um levantamento o qual apontou que foram firmados 395 convênios com 221 prefeituras, mas apenas quatro cidades receberam o repasse do valor integral acordado. De todos os contratos, somente 34,5% do montante total foi efetivamente pago. O impacto negativo apontado pelo levantamento é de 312 obras paradas em todo o estado. Lançado em março de 2017, o programa celebrou mais de R$ 500 milhões em convênios com as prefeituras. A dívida junto aos municípios soma R$ 333.871.468,53 distribuídos em 1.968 parcelas em aberto.

O prefeito de Vianópolis, Issy Quinan (PSDB), diz que é necessário que se encontre uma solução para o problema, pois "caso o contrário todos sairão perdendo – o Estado, as prefeituras e principalmente a população".

Segundo ele as obras paradas poderão sofrer deterioração com o passar do tempo e, com isso, a população além de não ter o benefício ainda sofre com os transtornos provocados.

Como solução ele sugere que a Assembleia Legislativa, "que deu total apoio ao Governo Estadual aprovando matérias de interesse do executivo", reveja a lei que prevê a aplicação das Emendas Parlamentares Impositivas. "Quando da apreciação da proposta pelos deputados os valores das emendas foram reduzidos e limitada a sua utilização a apenas algumas áreas como a saúde", salientou. Vale lembrar que muitas das obras incluídas no programa são de infraestrutura.



Issy Quinan